

Câmara Municipal de Mêda

Mandato 2013/2017

J.
Susana
Silva

Ata número dezoito

Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal, realizada
no dia catorze de setembro de dois mil e dezasseis

Aos catorze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezasseis, nesta Cidade de Mêda, na Sala de Reuniões dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Mêda, sob a Presidência do Senhor Presidente Anselmo Antunes de Sousa, estando presente o Senhor Vice-Presidente Paulo Jorge Santos Dias Esteves e os Senhores Vereadores Paulo Jorge de Lemos Amaral, António César Valente Figueiredo e António Manuel Saraiva Lopes.-----

1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS-----

Às dez horas e três minutos, constatada a existência de *quórum*, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

2 - SITUAÇÃO FINANCEIRA-----

Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria número cento e setenta e cinco de treze de setembro de dois mil e dezasseis, cujo valor em **Operações Orçamentais** é de **200.737,85€** (duzentos mil, setecentos e trinta e sete euros e oitenta e cinco cêntimos) e em **Operações Não Orçamentais** de **263.612,33€** (duzentos e sessenta e três mil, seiscentos e doze euros e trinta e três cêntimos).-----

3 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA, em conformidade com o artigo 52.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

O **Senhor Presidente** entregou ao Senhor Vereador António César os documentos por ele solicitados na última reunião de Câmara.-----

Informou que após contacto com o Diretor do Instituto de Gestão Financeira da Justiça, a reabertura do tribunal está prevista para o início do próximo ano.-----

Informou ainda que irão ser feitas obras através do Programa Portugal2020, nomeadamente na zona histórica junto da Igreja. Especificou que a Rua do Eirol sofrerá uma intervenção no valor de sessenta mil euros; o Largo da Igreja, no valor de oitenta mil euros; o Edifício Conde Ferreira, no valor de cento e vinte e sete mil euros; a Rua Direita, no valor de oitenta e cinco mil euros; a Rua do Menino, no valor de cento e cinquenta mil euros; a Rua do Menino e a Rua do Padre Ilídio, no valor de setenta e seis mil euros e a Rua do Poço, no valor de cento e setenta mil euros.-----


Susana
Silva

Fez saber que o valor total destas obras é de quinhentos e setenta e cinco mil euros, mas caso alguma destas obras seja iniciada ainda este ano, receberão mais dez por cento sobre este valor, ou seja, mais cinquenta e sete mil euros.-----

Relativamente ao Património Cultural, informou que esteve reunido com a Diretora da Direção Regional de Cultura do Centro, a Dr.ª Celeste Amaral, onde foi decidida a existência de uma cooperação entre os Técnicos do Município e os Arqueólogos daquela Entidade. A candidatura terá que ser feita até trinta de outubro, sendo que serão feitas intervenções nas freguesias de Longroiva e de Marialva.-----

O **Senhor Vereador António César**, no uso da palavra e reportando-se às informações que o Senhor Presidente acabou de dar, que já há uns meses que o Governo Socialista anunciou que iria reabrir todos os tribunais que tinham sido encerrados. Considerou que este é um resultado não de força ou de pressão feita por parte da Autarquia, mas sim de uma estratégia de esquerda.-----

Expôs estar preocupado, não com a reabertura do tribunal propriamente dita, mas sim com a reabertura do tribunal com que valências. Quis saber se o tribunal ao reabrir terá as mesmas valências que tinha à data do seu encerramento.-----

O **Senhor Presidente** declarou que neste momento não seria correto da sua parte dizer que sim ou que não. Revelou que as informações de que dispõem neste momento é de que o tribunal irá ter duas pessoas com a categoria de administrativos e ainda que os julgamentos do Concelho terão que ser feitos obrigatoriamente no tribunal da Mêda.--

O **Senhor Vereador António César**, de novo no uso da palavra, quis saber em concreto que obras é que irão ser feitas com a verba de quinhentos e setenta e cinco mil euros que o Senhor Presidente acabou de referir.-----

O **Senhor Presidente** explicou que irão ser feitas eletrificações na parte histórica. Também irá ser colocado mobiliário urbano, atalhou o **Senhor Vereador António César**, perguntando se é possível a um privado fazer um projeto com o objetivo de remodelar a casa.-----

O **Senhor Vice-Presidente** esclareceu que neste momento já o podem fazer, porém o projeto não será financiado a fundo perdido, terá que ser financiado pelo IFRU (Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas). Aprofundou que o financiamento que irá ser dado será através de taxas bonificadas.-----

O **Senhor Vereador António César** colocou uma série de questões. Quis saber se esta iniciativa tem como objetivo fazer do Centro Histórico um espaço de habitação ou um espaço de restauração e comércio, e qual é a perspetiva da Câmara.-----

O **Senhor Vice-Presidente** respondeu que um dos objetivos é alargar o mercado de arrendamento na Mêda, o qual, neste momento, se encontra nos limites e ainda permitir às pessoas a recuperação dos imóveis que possuem no Centro Histórico e transformá-los em habitações para arrendar ou para comércio.-----

O **Senhor Vereador António César** espera que o Senhor Presidente não faça com este financiamento o que fez com financiamentos anteriores e, apesar de ser a favor deste tipo de iniciativas, até porque envolvem os empreiteiros locais, podendo posteriormente envolver também o comércio e a restauração, entende que terá que haver uma estratégia. Assim, e em nome dos Senhores Vereadores do CDS/PP, propôs que seja feita uma casa de banho junto à Igreja Matriz.-----

O **Senhor Vice-Presidente** afirmou que essa questão já foi discutida várias vezes, sendo que já foram pensadas várias soluções, assegurando que não ficará esquecida.-----

O **Senhor Vereador António César** aludiu a uma intervenção feita pelo Senhor Presidente numa reunião anterior, onde referiu que independentemente de haver financiamento por parte do programa Portugal2020, havia uma série de obras que não estava ligadas a esse programa, mas que a Câmara estaria disposta a avançar com as mesmas. Frisou que até agora ainda não percebeu quais são as prioridades da Câmara fora deste programa. Neste sentido, questionou ao Senhor Presidente quais são os projetos que o Senhor Presidente tem para o Concelho, fora do Programa Portugal2020.-----

O **Senhor Presidente** explicou que sem as candidaturas é mais complicado fazer grandes investimentos, até porque os recursos do Município são poucos. Sublinhou que um dos projetos que tem sido uma preocupação constante e que têm estado a tentar desenvolver, é a zona industrial.-----

O **Senhor Vereador António César** dirigiu-se ao Senhor Presidente, indagando se se estava a referir à zona industrial que desistiu no início do mandato, ao que o **Senhor Presidente** respondeu que não,volvendo, o **Senhor Vereador António César** acusou o Senhor Presidente de ter desistido de uma obra que, passados dois anos, considera de necessária para instalar empresas. Reiterou que houve uma desistência por parte do

Senhor Presidente da execução desta obra e, apesar de ter sido alertado pelos Senhores Vereadores do CDS/PP que o melhor caminho para a Mêda era a criação de pequenas e médias empresas, nomeadamente agroindústrias ligadas aos produtos autóctones da nossa terra, mas também trazer outras empresas que fossem capazes de fixar gente.---

O **Senhor Presidente** explicou que a criação da zona industrial, ficou parada, na altura, porque foi um projeto que não obteve financiamento. Acrescentou que tentaram incluí-lo no *overbooking*, mas infelizmente era um tipo de obra que não podia ser contemplada neste tipo de financiamento.-----

O **Senhor Vereador António César**, de novo no uso da palavra, abordou um outro assunto, a escola. Após uma breve análise ao mapa que o Senhor Presidente lhe acabou de entregar, constatou que aquando da inauguração da escola do primeiro ciclo, em dois mil e dez, a escola tinha cerca de setecentos alunos, neste momento tem cerca de quatrocentos. Expôs que, relativamente a este assunto, o Senhor Presidente tem responsabilidades políticas. Primeiro e até ao ano de dois mil e treze, na qualidade de Vereador da Educação e, após dois mil e treze, como Presidente de Câmara.-----

Perguntou ao Senhor Presidente qual foi e qual é o seu papel para contrariar, não só os fatores que estão a levar à emigração e conseqüentemente á desertificação do Concelho, mas também para fixar famílias.-----

Mostrou-se indignado por as turmas do primeiro ciclo voltarem a ter vários anos juntos, recordando que isso era o que se passava nas aldeias de antigamente.-----

O **Senhor Presidente** transmitiu que este problema não é de agora. Afirmou que a resolução deste assunto, evidentemente que tem que partir da Autarquia, mas entende que tem que partir muito mais das políticas nacionais.-----

O **Senhor Vereador António César** perguntou ao Senhor Presidente se é a favor ou contra ao facto de este Governo Socialista ter deliberado que onde houvesse uma escola associação, as escolas públicas assegurassem esses alunos, ao que o **Senhor Presidente** disse ser a favor, volvendo o **Senhor Vereador António César** que apesar de não ser do PS, também é a favor desta medida. Neste sentido pediu ao Senhor Presidente para lhe explicar porque é que no Patronato os alunos com mais de três anos estão a ser ajudados através de um contrato, competindo assim com a escola pública.-----

O **Senhor Presidente** disse que o Patronato é um organismo secular e é a única instituição no Concelho que tem creche.-----

O **Senhor Vereador António César** concorda que o Patronato é uma instituição privada que deve ser preservada e ajudada, mas por outro lado existe uma escola pública que também presta os mesmos serviços. Nesta senda, propôs que a Câmara faça o transporte das crianças até aos três anos de idade, para o Jardim de Infância e para o Patronato. Dos três aos seis e uma vez que a entidade pública tem competências e espaço condizentes com as necessidades dessas crianças, o apoio com transporte terminava.-----

Propôs ainda que, para que se fixem alunos, primeiro se fixem as famílias, mas sem ser através de avenças ou de contratos precários.-----

O **Senhor Vereador Paulo Amaral** considerou que a educação é uma preocupação transversal a todos os Partidos ali presentes. -----

Disse discordar completamente com os contratos de associação que têm sido anulados, os quais considera que devem ser cumpridos. Referiu que ouviu com muita atenção as intervenções dos Senhores Vereadores sobre este assunto, mas considera que o ensino particular é sempre bem-vindo, o qual merece, na sua opinião, todo o cuidado e atenção por parte do Município. Expôs que apesar da bondade das opiniões apresentadas pelo Senhor Vereador António César, que no seu entendimento, corroboram as opiniões do Senhor Presidente no sentido de não haver contratos de associação, quando se tem oferta pública de ensino. É frontalmente contra essa posição.-----

4 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

Seguidamente, o **Senhor Presidente** declarou aberto o Período da Ordem do Dia da presente Reunião Ordinária, que tinha para discussão os seguintes pontos:-----

Apreciação e aprovação das atas n.ºs **16** (10.08.2016), e n.º **17** (24.08.2016).-----

APROVAÇÃO DE ATAS -----

O Senhor Presidente submeteu à votação as seguintes atas, previamente distribuídas, pelo que foi dispensada a sua leitura:-----

Ata número dezasseis, de dois mil e dezasseis, de dez de agosto, tendo-se verificado a sua aprovação, por unanimidade.-----

Ata número dezassete, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto, tendo-se verificado a sua aprovação, por unanimidade.-----

PRESENTE À REUNIÃO, PARA CONHECIMENTO, OS SEGUINTE PEDIDOS DE LICENÇA DE REVESTIMENTO DE SEPULTURA NO CEMITÉRIO MUNICIPAL:-----

Sandra Cristina Carvalho Clemente-----Mêda

Processo Nº90/2016-----

DEFERIDO-----

Amândio do Nascimento Neto-----Mêda

Processo Nº92/2016-----

DEFERIDO-----

PONTO 1 – PROPOSTA N.º42/2016 – PRESENTE À REUNIÃO PARA APROVAÇÃO AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO – LOJA N.º 1 DO MERCADO MUNICIPAL DE MÊDA;-----

I - A Câmara deliberou por unanimidade e mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente da Câmara**, aprovar a minuta do Contrato de Concessão em anexo à Proposta.-----

Mais deliberou propor a minuta do Contrato de Concessão à Assembleia Municipal, para que este órgão autorize a sua celebração e fixe as respetivas condições gerais.-----

PONTO 2 – PROPOSTA N.º 43/2016 – PRESENTE À REUNIÃO PARA APROVAÇÃO PROJETO DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS;-----

I - A Câmara deliberou por unanimidade e mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente da Câmara**, aprovar e submeter o Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias, a consulta pública, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.-----

Mais deliberou que, após consulta pública, e caso não haja contributos, a presente proposta de regulamento seja submetida à Assembleia Municipal para apreciação e aprovação.-----

PONTO 3 – PRESENTE À REUNIÃO PARA APROVAÇÃO PEDIDO DE MUDANÇA DE TITULAR DO CONTRATO DE CONCESSÃO;-----

I - A Câmara deliberou, por unanimidade aprovar o pedido de mudança de titular do contrato de concessão respeitante à peixaria número um do Mercado Municipal.-----

PONTO 4 – PRESENTE À REUNIÃO PARA APROVAÇÃO ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO NO ÂMBITO DA 1ª REVISÃO DO PDM DE MÊDA;-----

I - A Câmara deliberou, por unanimidade aprovar os Estudos de Caracterização e

Diagnóstico no Âmbito da 1ª Revisão do PDM de Mêda.-----

PONTO 5 – PRESENTE À REUNIÃO PARA APROVAÇÃO O PEDIDO DE EMISSÃO DE PARECER DE CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE REQUERIDO POR ALDINA MARIA COSTA LOUREIRO PIRES, DO PRÉDIO RÚSTICO 1065, SITO NO LUGAR DO POIO, FREGUESIA DE POÇO DO CANTO;-----

I - A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de emissão de parecer de constituição de compropriedade requerido por Aldina Maria Costa Loureiro Pires.-----

PONTO 6 – PRESENTE À REUNIÃO PARA APROVAÇÃO O PEDIDO DE EMISSÃO DE PARECER DE CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE REQUERIDO POR NORBERTO DOS SANTOS LEOCÁDIO, DO PRÉDIO RÚSTICO 656, SITO NO LUGAR DO CANAL EM ALCARVA, FREGUESIA DE RANHADOS;-----

I - A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de emissão de parecer de constituição de compropriedade requerido por Norberto dos Santos Leocádio.-----

PONTO 7 – PRESENTE À REUNIÃO PARA APROVAÇÃO O PEDIDO DE EMISSÃO DE PARECER DE CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE REQUERIDO POR ANA ISABEL MACHADO DE AGUILAR RAMOS VIEIRA, DO PRÉDIO RÚSTICO 1430, SITO NO LUGAR DA CANADA DO SOLDADO, FREGUESIA DE LONGROIVA;-----

I - A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de emissão de parecer de constituição de compropriedade requerido por Ana Isabel Machado de Aguilar Ramos Vieira.-----

PONTO 8 – PRESENTE À REUNIÃO O PEDIDO DE EMISSÃO DE PARECER DE CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE REQUERIDO POR ANTÓNIO PEDRO NUNES CORREIA, DO PRÉDIO RÚSTICO 769, SITO NO LUGAR DO CHÃO DO CASTANHEIRO, FREGUESIA DE VALFLOR, CARVALHAL E PAIPENELA;-----

I - A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de emissão de parecer de constituição de compropriedade requerido por António Pedro Nunes Correia.-----

PONTO 9 – PRESENTE À REUNIÃO, PARA APROVAÇÃO, INFORMAÇÃO Nº 141/SOM, SOBRE O PEDIDO DE LIBERTAÇÃO DE GARANTIA BANCÁRIA Nº 125-02-1630861, EMITIDA PELO BANCO MILLENIUM BCP, S.A. NO VALOR REMANESCENTE DE € 7.098,952, APRESENTADA PARA GARANTIA DO CONTRATO, BEM COMO A LIQUIDAÇÃO DE CATIVOS, CONFORME O ESTIPULADO NO DECRETO-LEI 190/2012, DE 22 DE AGOSTO, DA OBRA CONSTRUÇÃO DO CANIL/GATIL MUNICIPAL DE MEDA;-----

I - A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a informação nº 141/SOM, sobre o pedido de libertação de garantia bancária nº 125-02-1630861, emitida pelo Banco Millenium BCP, S.A. no valor remanescente de € 7.098,952.-----

PONTO 10 – PRESENTE À REUNIÃO, PARA APROVAÇÃO, INFORMAÇÃO Nº 139/SOM, SOBRE O PEDIDO DE LIBERTAÇÃO DE GARANTIA BANCÁRIA Nº 125-02-1602801, EMITIDA PELO BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS S.A. NO VALOR REMANESCENTE DE € 2.628,12, APRESENTADA PARA GARANTIA DO CONTRATO, BEM COMO A LIQUIDAÇÃO DE CATIVOS, CONFORME O ESTIPULADO NO DECRETO-LEI 190/2012, DE 22 DE AGOSTO, DA OBRA PAVIMENTAÇÃO DE ARRUAMENTOS NA CORISCADA – RUA DO CRUZEIRO (2009);-----

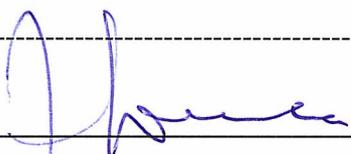
I - A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a informação nº 139/SOM, sobre o pedido de libertação de garantia bancária nº 125-02-1602801, emitida pelo Banco Comercial Português S.A. no valor remanescente de € 2.628,12.-----

PONTO 11 – PRESENTE À REUNIÃO, PARA APROVAÇÃO, INFORMAÇÃO Nº 140/SOM, SOBRE O PEDIDO DE LIBERTAÇÃO DE GARANTIA BANCÁRIA Nº 125-02-1602785, EMITIDA PELO BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A. NO VALOR REMANESCENTE DE € 6.608,68, APRESENTADA PARA GARANTIA DO CONTRATO, BEM COMO A LIQUIDAÇÃO DE CATIVOS, CONFORME O ESTIPULADO NO DECRETO-LEI 190/2012, DE 22 DE AGOSTO, DA OBRA PAVIMENTAÇÃO DE ARRUAMENTOS EM LONGROIVA (2009);-----

I - A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a informação nº 140/SOM, sobre o pedido de libertação de garantia bancária nº 125-02-1602785, emitida pelo Banco Comercial Português, S.A. no valor remanescente de € 6.608,68.-----

5 – ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às onze horas e trinta e cinco minutos, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada por si e pela Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, Susana Maria Borrego Silva.-----



Susana Maria Borrego Silva